

## De olho em hidrogênio, empresas pedem regulamentação, não subsídio<sup>1</sup>

Rodrigo Rollemberg <sup>2</sup>

Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Rodrigo Rollemberg tem atuado para que a Câmara dos Deputados avance no projeto que regulamenta as eólicas offshore (instaladas em alto-mar). De autoria do hoje presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, a proposta foi aprovada pelo Senado no ano passado. Em entrevista ao Broadcast, Rollemberg classifica como "impressionante" o número de empresas de grande porte que têm procurado o governo com interesse na produção de hidrogênio - que pode ser gerado, entre outros processos, por meio da energia produzida pelas usinas eólicas. "Eles nos dizem, não precisamos de subsídio, precisamos de regulamentação".

Rollemberg, que é ex-governador do Distrito Federal, engrossa o discurso de outros integrantes do Executivo que enxergam na fonte de energia limpa um potencial exportador para o Brasil. "E, mais importante que isso, atrair a cadeia de suprimentos de aerogeradores, de eletrolisadores, além de indústrias intensivas em energia, como de cimento, aço, alumínio, indústrias químicas, e com isso produzir com a baixa pegada de carbono", afirmou.

Sobre o projeto que cria um mercado regulado de carbono no País, outra proposta importante para a competitividade do País no exterior, o secretário diz ter "muita convicção" de que há condições para o Congresso aprová-lo até novembro. A meta é fazer o Brasil chegar à COP 28, nos Emirados Árabes Unidos, com essa sinalização sobre o controle de emissão de gases poluentes.

---

<sup>1</sup> Artigo publicado em Broadcast Energia. Disponível em <https://energia.aebroadcast.com.br/tabs/news/747/45259130>. Acessado 26.06.2023

<sup>2</sup> Secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Rolleberg também acompanha as discussões sobre o PL do combustível do futuro, como vem sendo chamada a proposta encabeçada pelo Ministério de Minas e Energia, ainda não foi divulgada. Sobre o assunto, disse que o texto busca viabilizar novos combustíveis, como o diesel verde e o SAF (combustível sustentável de aviação), além de tratar de captura e estocagem de carbono.

Confira os principais trechos da entrevista:

**Broadcast: O governo concluiu recentemente uma minuta do projeto que cria o mercado regulado de carbono no Brasil. Qual a expectativa sobre o texto a partir de agora?**

**Rolleberg:** Logo que entrei, fomos demandados sobre regulamentação do mercado de carbono pela indústria. E o vice-presidente, ministro Alckmin, nos orientou a trabalhar a regulamentação, ouvindo sempre o setor produtivo. Chamamos a indústria, a CNI, Cebds [Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável], as entidades representativas de cada setor mais intensivo em energia e preparamos uma minuta. Passamos a ter reuniões semanais no Ministério da Fazenda para discutir o projeto, que está pronto. Neste momento, está passando pelas áreas jurídicas dos ministérios. E o núcleo político do governo vai decidir se encaminha um projeto de lei ou se vai aproveitar um dos projetos já tramitando na Câmara ou no Senado.

**Broadcast: Exerga um horizonte para a aprovação da proposta?**

**Rolleberg:** Tenho muita convicção de que temos todas as condições de aprovar até o fim do ano, antes da COP, exatamente porque foi construído ouvindo sempre os setores interessados, especialmente a indústria, o primeiro setor a ser regulado. O projeto adota o modelo de *cap and trade*, o modelo usual, especialmente na Europa. O texto diz que estarão no mercado regulado instalações que emitam acima de 25 mil toneladas de CO2 equivalente por ano.

**Broadcast: Como a indústria recebeu esse número? Um dos projetos da Câmara estabelecia um recorte bem mais alto, acima de 50 mil toneladas de carbono equivalente.**

**Rolleberg:** Temos ouvido toda a indústria, recebemos um documento da indústria [no seminário promovido pela CNI]. Está tudo muito de acordo com o que vamos

fazer. Essa foi a orientação do ministro. Estamos ouvindo os setores, especialmente a CNI, o CEBDS e as entidades representativas dos grandes setores. Por isso, entendo que não vai ter muita dificuldade de aprovarmos no Congresso, porque chegará bem consensuado.

**Broadcast: E a recepção do agronegócio? Nesse primeiro momento entram no mercado regulado uma pequena parcela apenas, certo, dos grandes frigoríficos.**

**Rolleberg:** Temos conversado com o agro através do CEBDS, que tem representações do setor. O mercado de carbono vai acabar sendo uma excelente oportunidade para o agro em razão do mercado voluntário [que pode vender créditos ao mercado regulado, se as metodologias de comprovação forem compatíveis]. Por exemplo, os sistemas agroflorestais, o reflorestamento, isso tudo vai passar a ter a capacidade de geração de crédito de carbono. Você acaba dando mais um benefício ao agronegócio.

**Broadcast: Recentemente, o vice-presidente afirmou que o PIB poderia crescer 5% com o mercado regulado de carbono. Como se chegou nesse número?**

**Rolleberg:** É de um estudo da WayCarbon, da Câmara de Comércio Internacional. Estimam que o Brasil pode faturar até US\$ 120 bilhões com o comércio de carbono, parte do regulado, parte do voluntário. O Brasil tem muito potencial nesse mercado. Estive com presidente da Embrapa, e tenho defendido também que, nesse processo, o Brasil desenvolva capacidade reconhecida internacionalmente de monitoramento e relato de verificação e mensuração. Já temos a experiência do RenovaBio, temos instituições como Embrapa, Senai, Inmetro, uma grande rede para que não dependamos de certificadoras internacionais, que demoram e são caras. A ideia é ter tudo mais acessível para o produtor, pelo objetivo de incorporar também pequenos e médios produtores no mercado de carbono.

**Broadcast: Quais outras agendas a secretaria tem dado foco?**

**Rolleberg:** Estamos muito focados na construção de oportunidades de neointustrialização a partir de energia e da transição energética. Por exemplo, outro tema que temos procurado trabalhar no Congresso Nacional, sensibilizando os atores, é a regulamentação das eólicas offshore. Estou impressionado com o número de empresas grandes de grande porte que nos procura. Estão muito interessados na produção de hidrogênio. E nos dizem assim: não precisamos de subsídio, precisamos de regulamentação. Hoje, já tem, no Ibama, um número de solicitações de licença para eólicas offshore que mais do que dobra a capacidade de geração elétrica brasileira. Só

precisam de regulamentação. Vejo uma oportunidade enorme de exportarmos hidrogênio no primeiro momento. E mais importante que isso, atrair a cadeia de suprimentos de aerogeradores, de eletrolisadores, atrair indústrias intensivas em energia, como de cimento, aço, alumínio, indústrias químicas. Com isso, produzir com a baixa pegada de carbono.

**Broadcast: E como estão as tratativas no Congresso?**

**Rolleberg:** Tem o projeto do Jean Paul Prates já aprovado no Senado, agora está na Câmara. Estamos conversando com os deputados e com outros setores do governo para que as adequações técnicas sejam feitas pelos ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia, especialmente, para que tenhamos a regulamentação o mais rápido possível. Seria outra sinalização muito importante no cenário internacional. Há demanda muito forte do setor privado. E com esse discurso: não precisamos de subsídios, precisamos de regulamentação. Outro assunto que vejo uma oportunidade muito grande é na produção de combustível sustentável de aviação (SAF). É uma oportunidade gigantesca para o Brasil. Temos condições de fazer isso por diversas rotas tecnológicas. Pode fazer com etanol, pode fazer óleo de oleaginosas, por celulose. Tem muito alternativa de fontes para produzir SAF.

**Broadcast: Um dos desafios para aumentar a oferta de SAF está na capacidade instalada de produção. Qual política de incentivo será promovida?**

**Rolleberg:** Há uma proposta tramitando ainda inicialmente no meio do governo, que é a do combustível do futuro. O governo terá de definir qual é o critério. Se vai definir mandatos de consumo, tanto para o diesel verde quanto para o SAF, ou se vai colocar metas de redução de emissão por setor, que vai obrigar também a fazer essa transição. O fato é que se tivermos foco nisso, uma boa regulamentação, vamos atrair muitos investimentos. O Brasil não tem escolha, vamos ter que desenvolver o SAF aqui. E o legal da transição energética é que há um processo de desenvolvimento totalmente descentralizado. Você pode promover o processo de industrialização do Nordeste brasileiro com as eólicas offshore através do hidrogênio, da solar, energia eólica. Você pode produzir hidrogênio no interior do Brasil a partir do etanol no Mato Grosso, São Paulo, Goiás, por exemplo.

**Broadcast: Então esse PL do combustível do futuro é justamente para tentar endereçar em um único projeto todas essas questões envolvendo biocombustíveis?**

**Rolleberg:** Isso. Exatamente para viabilizar esses novos combustíveis, diesel verde, o SAF, captura e estocagem de carbono, especialmente estes três temas.

